

Itauseg Saúde S.A.

CNPJ 04.463.083/0001-06

NIRE 35300185561

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE JULHO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 27.07.2026, às 10h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 5º andar (parte), Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Eduardo Nogueira Domeque – Presidente; e Andre Balestrin Cestare – Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **ORDEM DO DIA:** Transferência de responsabilidade. **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:** 1. Em atendimento às normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), registrada a transferência da responsabilidade pela Área Técnica da Saúde de Daniella Dantas Amaral (CRM 87427) para André Batista Ribeiro (CRM 196181), desde 01.06.2026. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 27 de julho de 2026. (aa) Eduardo Nogueira Domeque – Presidente; e Andre Balestrin Cestare – Secretário. **Acionistas:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare – Diretor; Itaú Unibanco S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare – Diretor; e Itaú Vida e Previdência S.A. (aa) Eduardo Nogueira Domeque – Diretor. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 27 de julho de 2026. (aa) Eduardo Nogueira Domeque – Presidente; e Andre Balestrin Cestare – Secretário. JUCESP sob nº 342.410/26-0, em 02.09.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo - SINDICEL

CNPJ: 49.467.087/0001-09

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo - SINDICEL, com sede à Av. Paulista,1313, 7º andar, conj. 705, Bela Vista, estado de São Paulo no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, especialmente os artigos 15º, 16º 21º, e, em cumprimento ao disposto no art. 49º, CONVOCA as associadas aptas a votarem para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, especialmente convocada para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social e sobre a aprovação do novo Regimento Eleitoral do SINDICEL, a realizar-se exclusivamente por meio eletrônico/virtual, mediante videoconferência e sistema eletrônico de votação, conforme autorizado pelos artigos. 8º, "b", 15º, §2º, e demais disposições estatutárias aplicáveis. **Data e Horários:** Em 1ª convocação: 28/09/2026, às 10:00 horas; Em 2ª convocação: 28/09/2026, das 11:00 até às 17:00 horas. A Assembleia será realizada mediante acesso eletrônico pelo endereço/link ZOOM e votação pelo endereço/link da **plataforma Assembleias Virtuais**, que serão disponibilizados às associadas habilitadas via e-mail. **Ordem do Dia:** 1. Discussão e deliberação, em votação específica, sobre a reforma do Estatuto Social do SINDICEL, conforme proposta previamente disponibilizada às empresas associadas. 2. Discussão e deliberação, em votação específica, sobre a aprovação do novo Regimento Eleitoral do SINDICEL, que passará a integrar o Estatuto Social, nos termos do art. 13º do Estatuto vigente. 3. Autorização à Diretoria do SINDICEL para promover os atos necessários ao registro e demais providências decorrentes das deliberações aprovadas pela Assembleia. A presente reforma não implica em alteração da categoria econômica nem da base territorial atualmente registrada do SINDICEL. **Quórum: Em primeira convocação**, as deliberações relativas à reforma do Estatuto serão submetidas ao quórum previsto no art. 15º do Estatuto vigente, exigindo-se maioria absoluta de votos em relação ao total de associadas. **Em segunda convocação**, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos das associadas presentes. **Empate:** Nas matérias submetidas à maioria dos votos das associadas presentes, eventual empate será considerado ausência de maioria e, portanto, rejeição da proposta, não sendo atribuído ao Presidente voto de qualidade, por inexistir previsão expressa no Estatuto vigente. **Impugnações e Questões de Ordem:** Eventuais questões de Ordem não prejudicará o direito previsto no art. 14º do Estatuto Social.

São Paulo, 11 de setembro de 2026

Alexandre Ferreira Boucinhas - Presidente

Jaçanã Transmissão de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 45.133.828/0001-56 - NIRE 35300593324

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26/03/2026

No dia 26/03/2026, às 15h, na sede social da Companhia, com a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** os trabalhos foram presididos por Luiz Felipe Negreiros de Sá e secretariados por Julia Coelho Peres. **Deliberações Unâнимes:** 1. Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário, como faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; 2. Reconhecer, nos termos da carta de renúncia apresentado à Companhia, a renúncia do Sr. **Italo Augusto Vasconcelos David**, RG nº MG-7.635.796, CPF/MF nº 979.815.166-68, do cargo de Diretor Presidente; Consignar os agradecimentos pelos serviços prestados pelo Sr. **Italo Augusto Vasconcelos David** e por sua contribuição durante o período em que exerceu suas funções, ratificando, ainda, todos os atos praticados durante o período compreendido entre sua eleição, 29/08/2025, e a presente data; 3. Aprovar a eleição da **Sra. Gabriela Desire Olímpio Pereira**, RG nº 126788702 D1CRJ, CPF/MF nº 422.501.023-68, para o cargo de Diretora Presidente da Companhia, com mandato unificado com os demais Diretores, iniciando-se na presente data e encerrando em 30/08/2027, conforme termo de posse assinado nesta data; 4. Consignar que, tendo em vista as deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: **(i)** Gabriela Desire Olímpio Pereira, na qualidade de Diretora Presidente. **(ii)** Luiz Felipe Negreiros de Sá, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. **(iii)** Julia Coelho Peres, na qualidade de Diretora sem Designação Específica; 5. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas acima. Nada mais. São Paulo/SP, 26/03/2026. **Mesa:** **Luiz Felipe Negreiros de Sá** - Presidente; **Julia Coelho Peres** - Secretária. **Acionistas:** **Two Square Transmission Participações S.A.;** **Sterlite Grid 5 Limited.** JUCESP nº 333.275/26-3 em 08/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: publicidade.legal@estadao.com

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

ESTADÃO

PORTO SAÚDE - SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ nº 46.728.718/0001-08 - NIRE 35.300.598.300

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Agosto de 2026

1. **Data, Horário e Local:** Em 28 de agosto de 2026, às 15h30, na sede social da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Elíseos, CEP 01205-001. 2. **Convocação e Presença:** Presente a acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, sendo dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). 3. **Mesa:** Sr. Luiz Vicente Guaranha Lapenta - Presidente da Mesa; Sr. Rafael Veneziani Kozma - Secretário da Mesa. 4. **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Companhia; (ii) deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações desta assembleia. 5. **Deliberações:** A acionista única resolveu, sem ressalvas: 5.1. Observado que o capital social da Companhia se encontra, nesta data, totalmente subscrito e integralizado, em conformidade com o disposto no caput do art. 170 da LSA, aprovar o aumento do capital social no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando **de** R\$ 83.624.897,23 (oitenta e três milhões seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos) **para** R\$ 83.924.897,23 (oitenta e três milhões novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos) mediante a emissão, após arredondamento, de 228.615 (duzentas e vinte e oito mil, seiscentas e quinze) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,31225121 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do art. 170, parágrafo 1º, inciso II, da LSA, as quais são totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Porto Saúde Participações S.A., em moeda corrente nacional, nesta data, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata (Anexo I). 5.2. Aprovar a reforma do art. 5º, *caput*, do Estatuto Social, para refletir o aumento de capital ora aprovado, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 83.924.897,23 (oitenta e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), dividido em 80.405.468 (oitenta milhões, quatrocentas e cinco mil, quatrocentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal."** 5.3. Aprovar, por fim, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar nos termos do Anexo II à presente Ata. A acionista única aprovou, ainda, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. 6. **Documentos Arquivados:** Boletim de subscrição e demais documentos pertinentes à ordem do dia. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. São Paulo, 28 de agosto de 2026. **Mesa:** Luiz Vicente Guaranha Lapenta - **Presidente da Mesa;** Rafael Veneziani Kozma - **Secretário da Mesa.** **Acionista:** **Porto Saúde Participações S.A.;** **Luiz Vicente Guaranha Lapenta** - Diretor; **Rafael Veneziani Kozma** - Diretor. JUCESP nº 324.871/26-0 em 08/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Anexo II à Ata da assembleia Geral Extraordinária da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. Realizada em 28 de Agosto de 2026. Estatuto Social Consolidado da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º - A Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.** é uma companhia regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Elíseos, CEP 01205-001. **Parágrafo Único -** Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º -** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações:** **Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 83.924.897,23 (oitenta e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), dividido em 80.405.468 (oitenta milhões, quatrocentas e cinco mil, quatrocentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º -** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais:** **Artigo 11º -** A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º -** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º -** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º -** A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º -** Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou à distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12º -** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13º -** As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14º -** Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º -** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º -** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração:** **Artigo 15º -** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 7 (sete) diretores, acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. Os demais diretores terão sua designação estabelecida pela própria assembleia geral, por ocasião de cada eleição. **Parágrafo Único -** A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16º -** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º -** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º -** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17º -** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º -** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º -** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º -** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18º -** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19º -** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo Único -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicium, que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Artigo 20º -** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo Único -** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** **Artigo 21º -** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22º -** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo Único -** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas:** **Artigo 23º -** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo Único -** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados:** **Artigo 24º -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25º -** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do caput do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º -** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º -** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26º -** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27º -** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28º -** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia:** **Artigo 29º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas:** **Artigo 30º -** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31º -** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais:** **Artigo 32º -** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder."